

CONSELHO GERAL

Ata Número Quarenta

----- Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a trinta de setembro do ano de dois mil e dezasseis.-----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, folha que faz parte integrante desta ata.-----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, das senhoras conselheiras Ana Dias, Dora Pombo e Helena Jardim e dos senhores conselheiros António Pereira, Carlos Valente, Francisco Fernandes, Marco Nascimento e Mikhail Benilov.-----

----- Nesta altura registou-se ainda a ausência temporária do Sr. Conselheiro António Trindade.-----

----- No período antes da Ordem do Dia, por proposta do Sr. Presidente do Conselho Geral e com a concordância unânime dos senhores conselheiros presentes, foi aprovada a discussão do assunto relativo a um e-mail enviado pelo Sr. Conselheiro António Brehm, no ponto sete da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da ata número trinta e nove do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros de que havia aceitado uma proposta de alteração à ata, apresentada pelo Sr. Reitor, como abaixo se transcreve:-----

----- Onde se lia:-----

----- “...será sempre superior a cativações ou reduções em qualquer das suas fontes de financiamento e rubricas...”-----

----- Deverá ler-se:-----

----- “...será sempre superior ou igual ao orçamento deste ano e não sujeito a cativações ou reduções em qualquer das suas fontes de financiamento e rubricas...”-----

----- Questionou ainda os senhores conselheiros sobre a existência de mais alguma proposta de alteração, ou comentário a fazer à ata. Nada mais havendo a registar, foi a ata colocada à votação, tendo sido ratificada por unanimidade.-----

----- Neste momento registou-se a presença do Sr. Conselheiro António Trindade.-----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho as informações que tivesse por convenientes e necessárias, acerca dos pontos abaixo listados:-----

----- **Ponto dois ponto um** da ordem de trabalhos, **Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no âmbito do compromisso com a ciência e o conhecimento**. Neste ponto, o Sr. Reitor realçou a importância do documento ora assinado e esclareceu o Conselho sobre a forma como decorrerá o processo, nomeadamente quanto à necessidade de cumprimento de prazos, face às alterações propostas para as Regiões Autónomas e à sua aceitação pela tutela. -----

----- **Ponto dois ponto dois** da ordem de trabalhos, **Resultados das candidaturas dos estudantes à Universidade da Madeira**. Para este ponto, o Sr. Reitor referiu que havia já disponibilizado documentação informativa, após o que se procedeu a uma reflexão e debate alargados sobre o número de alunos que se candidataram ao ano letivo de dois mil e dezasseis/dezassete, face ao ano de dois mil e quinze/dezasseis. Foram ainda objeto de reflexão as tendências que se têm vindo a verificar, bem como os cursos com maior e menor procura e as soluções e estratégias que se possam adotar para apoiar mais os alunos. Foi ainda abordada a importância da captação de novos estudantes de outras partes do país e, também, internacionais e as medidas que devem ser ponderadas para tal efeito. -----

----- **Ponto dois ponto três** da ordem de trabalhos, **Outras informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar outras informações, caso existissem outras matérias relevantes. O Sr. Reitor pôs o Conselho ao corrente de um assunto formalmente suscitado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda junto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tendo o Sr. Reitor sido questionado pela tutela a quem prestou já os devidos esclarecimentos, lamentando o facto de o assunto não ter sido primeiramente colocado diretamente à Reitoria ou passado pelas instâncias internas da Universidade. Informou também admitir que este assunto venha a ser abordado pela imprensa regional. -----

----- Foram igualmente convidados a prestar informações, os senhores conselheiros. Nada havendo a acrescentar, foi dado seguimento à Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Presidente da Comissão Eleitoral para a eleição dos representantes, no Conselho Geral, dos professores e investigadores e dos trabalhadores não docentes e não investigadores**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral informou o Conselho de que havia já contactado o Sr. Conselheiro



Francisco Fernandes, ausente por motivos de saúde, que aceitara presidir à Comissão Eleitoral para os representantes dos professores e investigadores no Conselho Geral e também, à Comissão Eleitoral para o representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores no Conselho Geral. -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Orçamento para dois mil e dezassete**. O Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a apresentar o documento em discussão, tendo o Sr. Reitor solicitado a presença do Sr. Vice-Reitor, Prof. Doutor Ricardo Cabral, que se apresentou perante o Conselho para expor detalhadamente o orçamento e prestar os esclarecimentos que fossem convenientes. Da referida exposição ficou, entre outros aspetos, a preocupação com a quebra de receita em dois mil e dezasseis, registando-se no entanto melhor consolidação orçamental face a uma despesa abaixo do previsto, ainda que se registre uma maior responsabilidade da Universidade em projetos não financiados a cem por cento. Os Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira apresentam uma preocupante queda de receita e aumento de despesa. Quanto à distribuição orçamental para dois mil e dezassete, a Reitoria, tendo em conta o próximo termo do mandato do Sr. Reitor, decidiu manter os mesmos critérios de distribuição que vigoraram no orçamento para dois mil e dezasseis. -----

----- O orçamento para dois mil e dezassete foi votado e aprovado por maioria, com zero votos contra, duas abstenções e dez votos a favor - **deliberação número cento e oitenta e seis/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Regulamento do Laboratório de Genética Humana**. Neste ponto foi o Sr. Reitor convidado a apresentar o documento. Explicou a importância deste regulamento, face à regulamentação já existente, em especial no que respeita à investigação e prestação de serviços na Universidade da Madeira. De seguida foi solicitado ao Sr. Conselheiro António Brehm que, na qualidade de diretor do Laboratório de Genética Humana, prestasse os esclarecimentos necessários. Aberta a discussão foram colocadas questões que visaram esclarecer sobretudo a existência de um Conselho Técnico sem ter sido considerado também um Conselho Consultivo, visando, nomeadamente, a colaboração de especialistas nacionais e internacionais. Foi igualmente abordada a importância do financiamento europeu e o apoio que deve ser dado a iniciativas que, como o Laboratório de Genética Humana, projetam a Universidade a nível nacional e internacional. -----

----- O Regulamento do Laboratório de Genética Humana foi discutido, votado e aprovado por unanimidade - **deliberação número cento e oitenta e sete/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

K1
P.

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Proposta do Conselho de Cultura: "UMA RECONHECIMENTO"**. O Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a apresentação do documento em discussão. O Sr. Reitor lembrou ao Conselho o facto de o documento já ter sido antes apresentado ao Conselho e de ter sido pedido um parecer à Comissão do Conselho Geral para a Imagem, Relações Públicas, Cultura e Responsabilidade Social. O Sr. Reitor realçou o facto de o Conselho de Cultura ter acatado as recomendações que resultaram do parecer emitido e de agora se discutir o documento reformulado. Aberta a discussão foi corrigido um erro de redação e aceite o alerta levantado sobre questões de ordem estatutária, tendo resultado as alterações ao texto como abaixo se lê: -----

----- Onde se lê: -----

----- "*Serão atribuídos, bianualmente, dois reconhecimentos, sendo um de natureza individual e outro coletivo. Estes resultados serão submetidos à apreciação do Conselho Geral da Universidade, depois de ouvido o Vice-Reitor para a área cultural.*"

----- Deverá ler-se:-----

----- "*Serão atribuídos, bienalmente, dois reconhecimentos, sendo um de natureza individual e outro coletivo. Estes resultados serão submetidos à apreciação da Comissão Académica do Senado e do Conselho Geral da Universidade, depois de ouvido o Vice-Reitor para a área cultural.*"-----

----- A proposta do Conselho de Cultura "UMa Reconhecimento" foi discutida, votada e aprovada por unanimidade - **deliberação número cento e oitenta e oito/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Outros assuntos**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre se teriam mais algum assunto que fosse necessário abordar. Nada se registando foi então, tal como previamente anunciado, aberta a discussão sobre o e-mail enviado pelo Sr. Conselheiro António Brehm e que aborda um processo do foro jurídico e financeiro, em que os visados são o próprio, na qualidade de Vice-Reitor da Universidade da Madeira, no ano de dois mil e sete; o Sr. Prof. Doutor Rui Carita, na qualidade de Vice-Reitor da Universidade da Madeira, no mesmo ano; e o Dr. Ricardo Gonçalves, na qualidade de Administrador da Universidade da Madeira, naquela mesma altura. O processo é referente ao processamento e pagamento de remunerações a docentes da Universidade da Madeira, no âmbito de um Mestrado na área de Gestão, devidamente aprovado em sede de Senado Universitário, então órgão deliberativo da Universidade da Madeira, em período pré-RJIES (novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e que

entrou em vigor no ano de dois mil e oito). Para a discussão deste ponto e com o intuito de prestar os esclarecimentos jurídicos necessários sobre o enquadramento, evolução e situação atual deste processo, foi convidado a participar na reunião o jurista Sr. Dr. Sérgio Brazão, que coadjuvou o Sr. Reitor e prestou amplas explicações aos senhores conselheiros presentes. -----

----- Registou-se então um debate muito amplo, aberto e participativo sobre o problema apresentado, tendo-se verificado uma manifestação unânime dos presentes de forte solidariedade com as entidades atingidas por este processo, constatando-se que mais não fizeram do que dar cumprimento a uma decisão do Senado Universitário que, como referido, era então um órgão deliberativo da Universidade, pelo que deveriam contar com a solidariedade ativa da instituição para a melhor defesa das suas posições e legítimos interesses. Como tal, foi também unanimemente consensualizada recomendação no sentido da Universidade continuar a apoiar ativamente os visados nas diligências em curso no plano jurídico, se necessário com obtenção de pareceres de juristas de prestígio e mérito indiscutíveis neste domínio. Foram também avaliadas outras formas de solidariedade e apoio que, no entanto, só deverão ser objeto de decisão após a condução das referidas diligências jurídicas. Nestes termos, foi votada e aprovada por unanimidade a seguinte recomendação: “O Conselho Geral da Universidade da Madeira decidiu recomendar a prossecução e intensificação do apoio da Universidade da Madeira no processo de defesa dos legítimos interesses dos seus docentes e outros funcionários indevidamente atingidos”. -----

----- Este ponto confere a **deliberação número cento e oitenta e nove/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. Nestes termos, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----

Francisco Manuel de Oliveira Costa -----

Teresa Maria de Moura Portugal Norton Dias -----